

PLADA PLATAFORMA DE
DESENVOLVIMENTO
DAS AMÉRICAS



SUMÁRIO EXECUTIVO





PLADA
PLATAFORMA DE
DESENVOLVIMENTO
DAS AMÉRICAS



SUMÁRIO EXECUTIVO

O sindicalismo das Américas lança com esta Plataforma um novo ciclo de iniciativas sociais e políticas. Seu objetivo é avançar pelo caminho do bem-estar social com sustentabilidade ambiental e ampliação da democracia participativa, respondendo a desafios inéditos de uma época singular vivida pela nossa região.

Vinte anos atrás, os trabalhadores enfrentavam o ponto mais alto da ofensiva neoliberal, que se expressava internacionalmente na criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) e, em nosso hemisfério, na implantação do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), bem como no início das negociações do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA). Eram tempos de resistência do movimento sindical contra as altas taxas de desemprego de longa duração, as políticas de supressão de direitos trabalhistas, as reduções de salários, etc., todas medidas acicatadas pelas aberturas comerciais indiscriminadas.

Dez anos atrás, o quadro havia mudado drasticamente em nossa região, graças à resistência sindical e popular, e às vitórias eleitorais em vários países de múltiplas expressões políticas que se comprometiam na busca de alternativas. Assim, a ALCA foi derrotada. A alta dos preços dos produtos de exportação da região reverteu em políticas sociais para retirar grandes contingentes da pobreza extrema. O emprego formal voltou e as taxas de desemprego retrocederam, os níveis salariais melhoraram. A integração regional latino-americana se impôs novos desafios: ampliar o Mercosul, construir a UNASUL, inovar com a ALBA, criar a CELAC, avançando na cooperação Sul-Sul e estabelecendo novos parâmetros para a relação Norte-Sul.

A classe trabalhadora de nossa região está melhor hoje do que há vinte anos e isso se deve ao ciclo político progressista que já dura mais de 15 anos. Mas da perspectiva do sindicalismo e dos movimentos sociais populares, consideramos que os avanços não são suficientes e não estão consolidados, sofrendo ameaças de reversão, sobretudo desde a eclosão da crise do capitalismo mundial de 2008.

Constatamos que não se avançou suficientemente em um aprofundamento da democracia com mecanismos de participação social. Questionamos que parte dos benefícios sociais obtidos tenham sido al-

cançados com base em um modelo produtivo ambientalmente predatório. Verificamos que os avanços na integração regional não têm sido suficientes para proteger os nossos países da chantagem dos mercados financeiros internacionais.

A Plataforma que aqui apresentamos recolhe as resistências de décadas contra o neoliberalismo e recupera os árduos processos de construção de alternativas políticas e sociais progressistas para identificar e sistematizar os desafios que devemos enfrentar se quisermos que essas conquistas não retrocedam, se quisermos avançar para uma região na qual o desenvolvimento seja sustentável, socialmente inclusivo, politicamente democrático e baseado no direito inalienável dos povos de decidir sobre o seu futuro.

A PLADA é a continuação da tarefa iniciada em 2005 com o lançamento da Plataforma Laboral das Américas e com a fundação, em 2008, da Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas (CSA), como um amplo espaço unitário do sindicalismo hemisférico. Mas a PLADA é mais do que uma continuação, porque é o resultado de um diálogo continental do sindicalismo reunido na CSA sobre uma agenda ampla e também um processo de construção junto a organizações ambientalistas, camponesas e de mulheres da América Latina. A CSA propõe estender esse diálogo a novos âmbitos, como parte de uma agenda de construção coletiva de Outra América Possível.

DIMENSÃO POLÍTICA

O novo ciclo político que propugnamos deve se destacar pela ampliação e pelo aprofundamento da democracia política. O longo período de dominação neoliberal foi marcado pelo avanço do poder de decisão das corporações empresariais por sobre as instituições da democracia representativa e sua superação implica o retorno da soberania popular.

Para tanto, é preciso estabelecer uma nova relação entre sociedade, Estado e mercado. O Estado deve ser ferramenta da participação ativa do povo trabalhador nos espaços públicos para regular o mercado de modo a satisfazer necessidades sociais atuais e velar pelas gerações futuras.

Não reivindicamos a tutela estatal paternalista e autoritária, mas sim um novo Estado democrático profundamente reformulado por instrumentos de consulta popular e participação direta.

Isso significa, por um lado, reformar os sistemas políticos e judiciais para impedir a ingerência das corporações em suas decisões. E, por outro, a democratização dos meios de comunicação de massas para evitar que monopólios econômicos os transformem em instrumentos políticos de defesa e promoção de seus interesses privados.

Este novo ciclo político deve ser marcado pela participação social e sindical na tomada de decisões, tanto em cada país como nos processos de integração regional. Da nossa parte, enfatizamos que o grande desafio é a Autorreforma do sindicalismo para aperfeiçoar o funcionamento dos próprios sindicatos por meio da unidade, da democracia interna, da ampliação e fortalecimento da representatividade em um ambiente de liberdade sindical.

Finalmente, avançar na democracia deve significar respeito e reconhecimento da nossa plurinacionalidade e diversidade cultural dentro dos Estados-nação.

DIMENSÃO ECONÔMICA

Defendemos o fortalecimento de autênticos processos de integração regional e sub-regional como ferramentas de desenvolvimento. Para isso, é necessário superar a herança deixada pelo período neoliberal de tratados de livre comércio que aprofundam as assimetrias internacionais e deterioram as condições sociais e ambientais em cada país.

O ciclo de desenvolvimento sustentável que defendemos deve ser impulsionado pela justa distribuição da renda e da riqueza, enterrando definitivamente a visão neoliberal de que a concentração da riqueza, com o crescimento econômico, em algum momento “transborda” e alcança os setores vulneráveis.

É necessária uma nova arquitetura financeira regional que se coloque a serviço do desenvolvimento com igualdade social. Que as infraestruturas se orientem por uma perspectiva de sustentabilidade e promovam a complementariedade entre nossas economias, favorecendo a integração

regional. O investimento estrangeiro deve ser orientado por planos nacionais e regionais de desenvolvimento. Uma nova fiscalidade progressiva deve capacitar os estados para levarem adiante este novo ciclo de desenvolvimento sustentável.

Devemos prestar especial atenção à conquista da soberania e segurança alimentares ameaçadas pelo auge da produção de *commodities* agrícolas para exportação sob controle de empresas multinacionais. Uma reforma agrária integral e a progressiva erradicação do monopólio de empresas transnacionais sobre a agricultura fazem parte do novo modelo de desenvolvimento.

Por último, esta nova economia deve ter como fundamento o desenvolvimento de novas capacidades de pesquisa e transferências tecnológicas orientadas pelas necessidades de nossas nações.

DIMENSÃO SOCIAL

O sindicalismo regional defende o direito ao trabalho decente, com igualdade entre gêneros, etnias e gerações, sem discriminação por deficiência, orientação ou identidade sexual. E não haverá trabalho decente sem respeito à liberdade sindical e à negociação coletiva.

O ponto de partida da nova etapa deve ser a recolocação de um sistema de seguridade social universal e solidário que retire a ameaça da miséria que paira sobre a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, junto com a garantia de que a produção seja realizada em locais de trabalho saudáveis e seguros.

Isso significa defender os bens públicos do avanço da voracidade do lucro das empresas privadas: saúde, educação, moradia e transporte urbano são direitos fundamentais que não devem ser mercantilizados. Mas a dimensão social do novo modelo deve também superar as heranças dos sistemas baseados na opressão patriarcal, promovendo a equiparação de responsabilidades pelo cuidado e pelo trabalho doméstico entre gêneros.

Buscamos a implementação de políticas de prevenção e erradicação de todo tipo de violência e a conquista da cidadania regional e direitos para os migrantes.

DIMENSÃO AMBIENTAL

A crise ambiental, e sua efetiva e urgente abordagem, é um imperativo da agenda política internacional. Todas as nações têm direito a um desenvolvimento sustentável e isso passa hoje por enfrentar as assimetrias entre Norte e Sul e, dentro de cada país, as assimetrias entre classes sociais. Implica breçar o consumo predatório no Norte do mundo e nas classes ricas e elevar as maiorias a novos níveis de consumo e satisfação de necessidades, mas já sob um novo paradigma.

Defendemos que os bens comuns da humanidade, a biodiversidade, a água, as sementes, os bosques, a energia, o conhecimento, não sejam submetidos aos critérios de lucro privado, e sim utilizados responsabilmente para o bem comum.

Propugnamos o fortalecimento de relações sociais e econômicas que promovam o equilíbrio socioambiental com envolvimento e participação social, desenvolvendo tecnologias que evitem a mudança climática e a desertificação.

PLATAFORMA DE UM NOVO MODELO

O neoliberalismo, as grandes corporações multinacionais e o capital financeiro internacional jogaram o mundo à beira do abismo da crise econômica e ambiental e os trabalhadores e trabalhadoras na miséria social. Nossos povos responderam com uma longa resistência e depois, ainda em meio a um contexto de grande adversidade, avançaram eleitoralmente para a construção de projetos pós-neoliberais.

A PLADA parte desse ponto onde a classe trabalhadora conseguiu chegar para se constituir em uma ferramenta do sindicalismo continental que possibilite avançar para a conquista definitiva de um novo modelo de desenvolvimento sustentável. A chave da vitória está em ampliar e aprofundar a democracia, superando as chantagens das corporações e dos mercados.

Que os povos decidam seu futuro!

Produção

Confederação Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras das Américas – CSA

Secretariado Executivo CSA

Hassan Yussuf – Presidente

Julio Roberto Gómez Esguerra – Presidente Adjunto

Víctor Báez Mosqueira – Secretário Geral

Amanda Claribel Villatoro – Secretária de Política Sindical e Educação

Rafael Freire Neto – Secretário de Política Econômica e Desenvolvimento Sustentável

Laerte Teixeira da Costa – Secretário de Políticas Sociais

Equipe de publicação

Elaboração e redação

Secretariado da CSA

Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento e Integração Hemisférica - GTDIH

Equipe CSA

Revisão

Equipe CSA

Projeto gráfico e diagramação

Caco Bisol

Agradecimentos

Esta publicação foi realizada com o apoio da Fundação Friedrich Ebert (FES) por meio do Projeto FES Sindical, a Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Oficina de Atividades para os Trabalhadores ACTRAV-OIT e o Economista Gustavo Codas.



CONFEDERACIÓN SINDICAL DE
TRABAJADORES/AS DE LAS AMÉRICAS

Apoio



www.csa-csi.org